

Preconceito socioespacial e insegurança urbana em Araguaína-TO

Socio-spacial Prejudice and Urban Insecurity in Araguaína-TO

Prejuicio socio-espacial e inseguridad urbana en Araguaína- TO

Reges Sodré
Universidade Federal de Goiás
regessodre@gmail.com

Resumo

O preconceito de natureza socioespacial é caracterizado pela atribuição de violência e criminalidade aos bairros periféricos pobres e seus moradores, demandando sobre eles controle, separação e distanciamento, na escala residencial e da cidade. Neste trabalho, a partir de entrevistas, levantamento de dados secundários, mapeamento, revisão bibliográfica e visita *in loco*, discute-se a gestação e materialização do preconceito socioespacial relacionado à insegurança urbana em Araguaína-TO. Observou-se que o preconceito socioespacial é imanente à apropriação segregadora da cidade e que se veicula por meio da atribuição do violento aos bairros periféricos e pobres. Destes procura-se manter a distância e ampliar o controle, mas quando os encontros com seus moradores são inevitáveis eles se realizam sob a égide da violência.

Palavras-chave: preconceito socioespacial, insegurança, segregação.

Abstract

Prejudice of socio-spacial nature is characterized by the attribution of violence and criminality to the poor peripheric neighborhoods and their inhabitants, what demands control, separation and distancing over them, on the residential and city scale. This research is based on interviews, secondary data survey, mapping, bibliographical review and *in loco* visit. It discusses the origin and materialization of socio-spacial prejudice related to urban insecurity in the city of Araguaína-TO. It was observed that the socio-spacial prejudice is immanent to the segregated way of appropriation of the city. This way, a violence attribution is addressed to the peripheric neighborhoods. From them it's kept a distance and an expanding control, but when encounters with their inhabitants are inevitable they take place with the use of violence.

Keywords: socio-spacial prejudice, insecurity, segregation.

Resumen

El prejuicio de naturaleza socio-espacial se caracteriza por la atribución de la violencia y la criminalidad en los barrios periféricos pobres y en sus habitantes, exigiendo sobre ellos control, separación y distanciamiento en la escala residencial y en la ciudad. En este trabajo se discute la gestación y materialización del prejuicio socio-espacial relacionado con la inseguridad urbana en Araguaína- TO a partir de entrevistas, levantamiento de datos secundarios, mapeo, revisión bibliográfica y visita *in locus*. Se observó que el prejuicio socio-espacial es immanente a la apropiación de segregación de la ciudad y que se transmite mediante la atribución de lo violento a los barrios periféricos y pobres. De éstos, se busca mantener la distancia y ampliar el control pero cuando los encuentros con sus habitantes son inevitables, se realizan con el uso de la violencia.

Palabras clave: prejuicio socio-espacial, inseguridad, segregación.

Introdução

O preconceito socioespacial marca o cotidiano das cidades brasileiras. Uma das principais faces desse preconceito consiste em atribuir aos bairros pobres e periféricos a condição de lugares de violência, criminalidade e promiscuidade imanente. Outra face dessa mesma moeda diz respeito à estigmatização que os habitantes identificados com esses bairros sofrem quando se apropriam, mesmo que por pouco tempo, dos lugares exclusivos da classe média e da elite.

Assim, a procura crescente por separação e distanciamiento social, como maneira escapista de enfrentar a insegurança, releva o esgarçamento da vida pública, com a cidade sendo fraturada em compartimentos tidos como seguros e inseguros. Na medida em que se reduz as interações entre diferentes, amplia-se a intolerância e aumenta-se os graus de heteronomia. O preconceito é decisivo na legitimação do processo de segregação socioespacial, ao passo que é por esse estimulado e amplificado.

Nesse sentido, esse texto discute a produção e materialização do preconceito socioespacial relacionado à insegurança urbana em Araguaína-TO. A pesquisa foi construída a partir de leituras teóricas, principalmente em Souza (2005, 2006, 2008, 2016), Svampa (2008), Caldeira (2011) e Sposito e Góes (2013). A principal fonte empírica da pesquisa foi a realização de entrevistas em profundidade com moradores de Araguaína. Foram realizadas 28 entrevistas em 16 bairros da cidade e em dois condomínios horizontais fechados. Realizou-se observação sistemática nos setores pesquisados a fim de identificar a estética da segurança, nos termos de Caldeira (2011). Levantou-se também dados de renda média dos setores censitários do IBGE (2010). Através disso, foi possível elaborar um mapa com os referenciais a partir dos quais o preconceito socioespacial se realiza.

Segregação, preconceito socioespacial e insegurança urbana

Em sociedades heterônomas, tais como a capitalista, a segregação, com maior ou menor grau, é um processo imanente às cidades, expressando espacialmente as desigualdades e assimetrias sociais. Esse quadro vem se agravando com a degradação das margens de manobra dos movimentos sociais frente ao crescente fortalecimento da

apropriação do capital corporativo do Estado (SOUZA, 2005, 2006, 2016) e a neoliberalização das subjetividades (DARDOT; LAVAL, 2016).

O processo de segregação socioespacial refere-se ao afastamento e à separação, “implicando o rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana” (SPOSITO, 2016, p. 65). Essa realidade acontece a partir de duas perspectivas na escala residencial: a primeira, mais clássica, ocorre quando classes sociais são involuntariamente obrigadas a morar em lugares precários, enquanto na segunda, são os favorecidos que se distanciam dos indesejados e/ou do conjunto da cidade.

Essas formas de segregação, bem como o aprofundamento da heteronomia, podem ser pensadas a partir de diferentes padrões espaço-temporais. O estudo de Caldeira (2011), que identificou três padrões de segregação na cidade de São Paulo, vem servindo de balizamento para pensar a problemática. O primeiro padrão é o da concentração urbana, geralmente ocorre nos anos iniciais de ocupação de uma cidade. Nesse padrão, pobres e ricos habitam no centro, e a separação ocorre pelos tipos e locais de moradia. As residências dos mais ricos, além de apresentar um padrão mais sofisticado, se situam nas partes mais altas da cidade, enquanto os pobres ocupam os fundos de vales, geralmente inundáveis em período de chuva.

Diversos fatores concorreram para que os ricos começassem a se distanciar dos pobres. Destaca-se, para os interesses desse trabalho¹, que havia um temor em relação às condições sanitárias dos pobres e seus espaços; estes poderiam ser focos de doenças e epidemias, pelas poucas estratégias higiênicas adotadas, escassa circulação de ar e alta quantidade de pessoas habitando os mesmos cômodos em cortiços. Associados aos preconceitos higiênicos (sujeira), estavam a promiscuidade (prostituição) e a violência (criminalidade).

Dessa forma, um segundo padrão acontece quando os pobres são expulsos do centro e passam a habitar em periferias distantes: o centro passa a se caracterizar pela melhor infraestrutura e representa a cidade legal, enquanto a periferia, além da ausência de infraestrutura, conhece um processo de ocupação que ocorre sem a regularização fundiária e no qual o acesso à habitação se dá por meio de autoconstruções.

A partir dos anos 80, a intensificação da criminalidade violenta e seu uso midiático, em simbiose com o mercado de segurança e imobiliário aliado à fala do crime, ajudaram a aumentar as tensões, suspeitas e desconfianças dos ricos em relação aos pobres e trabalhadores. Nesse cenário, amplia-se a percepção da necessidade de se adotar novas estratégias de separação espacial que fossem ainda mais seguras.

Assim, no terceiro padrão de segregação socioespacial, que se justapõe ao segundo, “os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados

¹ Outras dimensões importantes, são a dinâmica política, demográfica, eleitoral e econômica, através dos processos de especulação imobiliária e novas estratégias locais da indústria e posteriormente dos serviços (CALDEIRA, 2011; SPOSITO e GÓES, 2013; SPOSITO, 2016).

por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns” (CALDEIRA, 2011, p. 211). Dessa forma, a relação centro-periferia se torna muito mais complexa, pois parte dos ricos abandonam o centro e se auto-segregam na periferia pobre, formando verdadeiros enclaves fortificados.

Como se pode observar, a segregação e a auto-segregação não se fazem sem o preconceito socioespacial. Souza (2005, p. 83) lembra que o “preconceito contra os espaços segregados [é] típico das cidades brasileiras, especialmente nos casos das favelas”. O preconceito serve para justificar as medidas de separação, seja no sentido de impor afastamento aos estigmatizados, seja para funcionar como espelho de estratégias de distinção por parte da burguesia, em seu “urbanismo de afinidades”, consoante expressão de Svampa (2008).

Conforme Souza (2005, 2006), os preconceitos são gestados em uma socialização espacial que condiciona como uma pessoa vê a cidade e o mundo, sendo que a convivência favorece a tolerância, e a segregação, a intolerância. Assim, o preconceito é sempre uma acusação antecipada, a qual “prever comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será agressão ou a fuga”, ou seja, “o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente” (SOARES et al., 2005, p. 175).

Um dos preconceitos mais importantes atribuem aos bairros pobres a qualidade de lugares *naturais* de violência. Segundo essa percepção, os pobres, amiúde, negros, possuíram uma inclinação ao crime, seriam como parasitas, que procuram se reproduzir a partir do suor dos vencedores, escolhendo uma vida fácil, de roubo e não do trabalho duro. Se eles são os únicos responsáveis pela própria situação, resta o rigoroso controle sobre eles e seus espaços.

Mesmo que essas áreas sejam repletas de diversidade, qualquer pessoa que mora em um espaço estigmatizado pela violência, é percebida como suspeita. Entre seus moradores há uma dicotomia entre o pobre honesto, geralmente “crente”, e o pobre delinquente, bandidos e prostitutas, o que não faz qualquer diferença para aqueles que moram fora desses lugares e as instituições estatais.

Soares (2019) salienta que os territórios são poderosos filtros institucionais. Em territórios submetidos a forte preconceito socioespacial, estigmatizados pela violência, existe um consenso inarticulado, de que a política pode entrar, cometer arbítrios, matando, torturando, extorquindo, invadindo casa sem mandados, que não serão punidos pelos órgãos de controle.

O preconceito também se efetua, em uma segunda escala de segregação, quando os estigmatizados saem de seus espaços e ocupam os lugares exclusivos da classe média. Identificados pelos *habitus* precários (BOURDIEU, 2013) e pelo racismo, eles são tratados com desconfiança, temor, indiferença e violência em lugares como shopping centers, franquias, churrascarias, clínicas e restaurantes elitizados. Na verdade, esses espaços criam mecanismos de bloquear o acesso dos indesejados, que vão desde a sua localização até o preço dos produtos ofertados.

O preconceito socioespacial cumpre um papel importante na dominação social. Além de justificar a separação, como dito, ele legitima a exploração. Harvey (2011, p. 200) afirma que os “preconceitos desempenham seu papel nos conflitos entre grupos sociais sobre o controle e sobre o acesso a bens valorizados”. A esse respeito, basta observar a perversidade dos processos ditos de revitalização urbana, que não fazem outra coisa senão expulsar populações segregadas de seus espaços em favor da valorização do capital.

É o preconceito socioespacial que, igualmente, legitima o silêncio imposto às populações segregadas, impedindo que participem e tenham efetivamente voz, em iniciativas como orçamento participativo, reforma urbana e plano diretor. Como não possuem “maioridade moral”, elas não podem falar de seus espaços, ao contrário, devem ser submetidas às medidas daqueles que sabem o que é melhor para elas – tutela e cooptação.

Com efeito, não se está negando a existência efetiva de violência em bairros populares e pobres (e que a pobreza, estimula, em alguns casos, a constituição de um *habitus* criminógeno), fazendo uma análise politicamente correta, que em nada ajuda a transformar a realidade (SOUZA et al., 2018). O que se deseja sublinhar é que os pobres não são um problema em si mesmo, cujo caminho resultaria em soluções penais ou biológicas. A raiz da problemática está em outro lugar, na espacialidade segregadora/distintiva, que expressa uma sociedade desigual e escravocrata. Como diria Souza (2000, p. 59, grifo do autor), é a “exploração e de forma alguma a *marginalidade*”, que explica “a real situação das populações faveladas”.

Vivendo em bolhas: a gestação do preconceito socioespacial

A partir do modelo proposto por Caldeira (2008), anteriormente discutido, constata-se que, em Araguaína, existem dois padrões principais de segregação: centro-periferia, que ainda é predominante; e de espaços fechados (condomínios exclusivos), que teve seu surgimento datado dos últimos 11 anos². Essa última espacialidade está em vias de avanço e consolidação na cidade, de sorte que apenas um condomínio, Mansões do Lago, que está localizado no limiar da zona de transição centro/periferia e foi o primeiro a se instalar na cidade, teve sua capacidade de construção saturada. Nos outros, iniciados a partir de 2012, nota-se poucas residências construídas. Dessa forma, a feição espacial de separação entre ricos e pobres, mais presente no imaginário e nas formas da cidade, ainda é a centro-periferia (ver figura 01).

² Na cidade de Araguaína existe 4 condomínios horizontais fechados: Mansões do Lago, 2009; Capital Residence, 2012; Jardins Siena, 2014 e Vila Gabriel, 2018.

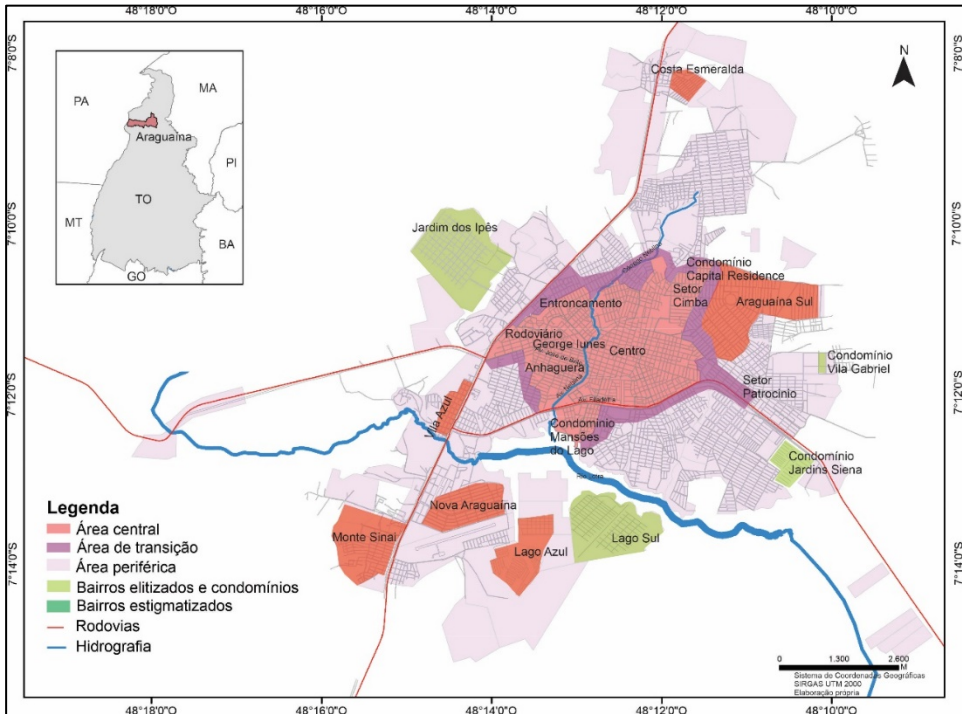


Figura 01: Araguaína (TO): malha urbana e referenciais de preconceito socioespacial (2020).
Fonte: IBGE, 2010. Trabalho de Campo, 2019-2020.

Esse padrão centro-periferia, mesmo em uma cidade média como Araguaína³, cria uma espacialidade altamente segregadora, pois mantém os pobres à distância do convívio da classe média. Setores estigmatizados pela violência, como Costa Esmeralda e Lago Azul, estão situados a 9 e 8 km respectivamente do Centro. Para além da distância, esses setores formam uma descontinuidade no tecido urbano, especialmente o Lago Azul, que está separado pelo rio Lontra.

Diante disso, residir na área central de Araguaína ainda é uma fonte de orgulho, distinção e auto-estima para os cidadãos entrevistados. Eles sentem o prestígio da escolha residencial pela associação a ela atribuída a pessoas que possuem boas condições financeiras; experimentam facilidades de ter acesso a bens e serviços próximo de casa; se sentem distantes das áreas focos de violência e dos agentes operadores da criminalidade; e encontram nos lugares de consumo e lazer um refúgio seguro, quase sempre na presença dos mesmos conhecidos e amigos.

³ Em 2019, a população estimada do município foi de 180.470 habitantes (IBGE, 2019).

Salgado⁴, um empresário de 46 anos, que declara renda líquida de R\$ 6.000,00 por mês, com as devidas reticências de quem procura enfatizar que a vida é difícil para todo mundo, típico do discurso de empresários, admite a distinção e o privilégio de morar no centro da cidade. De um lado, ressalta que seu local de moradia é identificado como aquele no qual apenas pessoas endinheiradas têm condições de residir, de outro, aponta a excelente localização em relação às benesses que a cidade oferece.

Já o servidor público Liochá, 55 anos, com renda de R\$ 16.000,00 mensais, expressa toda sua satisfação ao afirmar ter morado ao longo de 25 anos de Araguaína, somente em “bairros tranquilos”, condição que, em sua leitura, o afasta de muitas situações de violência: “aqui a gente num sente quase violência porque os bairros que a gente tem morado” são “bairro[s] mais elitizado[s] né, aí geralmente nessas condições de maior segurança você não entra em contato direto com a violência, né. Você não entra”.

Liócha relata que a socialização dos filhos, hoje adultos, se deu com rigoroso controle das relações (amizades) e espaços dos quais podiam se apropriar. Ele diz que nunca teve “problema [de violência com os filhos], porque a gente circulava num meio mais restrito ali com cuidado”. A escola, os lugares de lazer e a casa dos amigos, estavam localizadas na área central e sempre faziam parte do ciclo de amizade da família.

Atualmente, Liócha e sua família frequentam preferencialmente lugares localizados nos setores centrais e selecionados a partir do critério de segurança e tranquilidade. Seus locais preferidos são restaurantes e pizzarias, situados na Avenida Filadélfia e Neblina: “a gente frequenta o Via Filadélfia, ultimamente o atacado Campelo, o maior, o novo né. Só tem um defeito lá, é muito bem servido, a comida é até razoável a comida, é a sonoridade, não sei, incomoda um pouco, mas é um lugar muito bom”. Ele e a esposa, a empresaria Adelaída, acrescentam que “geralmente a gente encontra amigos” nesses lugares.

Observa-se nessa passagem, que Liócha demonstra todo seu senso de distinção ao procurar realizar as refeições em lugares que oferecem comida de qualidade; o que se leva em consideração aqui não é preço, mas o prazer de se degustar uma alimentação sofisticada. Envolve também o ambiente no qual essa comida é oferecida, pois ele reclama até mesmo da acústica do restaurante. Não basta a comida ser boa, o lugar precisa ser agradável.

Adicionalmente, a fala de Liócha, complementada por sua esposa, explicita a importância dos encontros com os “seus”, sejam amigos, colegas, familiares e conhecidos. Mais do que isso, trata-se de contatos, mesmo que não haja conversa, entre os que compartilham de uma gramática social semelhante, ou seja, ocupam posições próximas no espaço social e geográfico. É sob essas circunstâncias que se evitam cenas desagradáveis e profanação aos gostos cultivados.

Bourdieu (2015, p. 84) advertia que “a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos ao facilitar e favorecer a

⁴ O nome dos entrevistados no decorrer do trabalho é fictício.

acumulação social”. Ele se refere às possibilidades de ampliação do capital simbólico, social e econômico, como os contatos para bons negócios, a legitimação de ser elogiado pelo novo visual, pelas escolhas de vestimenta ou mesmo a gestação de relações românticas que se desenvolvem de forma sutil, desde o olhar ao convite fortuito (mas previsto) para se sentar na mesma mesa.

Em correspondência com Liócha, o empresário Tuchel, 56 anos, renda mensal de R\$ 20.000,00, tem praticamente toda sua rotina restrita à área central. Aí localiza seu trabalho e o da esposa, que consome boa parte do tempo durante a semana, e a igreja, a qual se dedica nos finais de semana. Além disso, há a residência dos amigos e lugares de consumo/lazer. Estes são realizados principalmente em restaurantes, açaiterias e pastelarias. Fora desse círculo, ele costuma ir para sua chácara, ao menos uma vez por mês.

Esse quadro de práticas espaciais restritas à área central é reforçado pelo depoimento de Camila, residente no setor Patrocínio. Como estudante de medicina de uma faculdade particular, cuja mensalidade custa R\$ 7.500,00, ela convive com uma fração dos filhos da elite e classe média araguainense. Segundo ela, boa parte de seus colegas são residentes no setor Anhanguera, Urbanístico e Tecnorte, justamente a área de maior renda média mensal da cidade (7-10 e acima de 10 salários mínimos, IBGE, 2010).

Conforme suas informações, esses jovens têm práticas espaciais reservadas a uma área muito específica da cidade, que envolve as avenidas José de Brito, Filadélfia e Neblina, onde se encontram os principais bares, restaurantes e franquias nacionais e internacionais de vestuário e *fast-food* da cidade. Ela relata que sair dessa área restrita torna-se para eles um sacrifício e um risco o qual deve ser evitado ao máximo; até mesmo ir em sua casa, que está no limiar da região central, é motivo de reclamação. Dessa forma, a visita à periferia ocorre apenas em situações obrigatórias, como fazer estágio nas Unidades Básicas de Saúde.

Nesse grupo de cidadãos que residem nos setores centrais, em bairros abertos, a apropriação do espaço público ocorre de maneira anêmica. Tuchel, por exemplo, afirma que frequenta apenas a Via Lago: “eu vou lá mais ou menos uma vez por mês”. Já Liócha, afirma que se apropria dessa mesma via para fazer caminhada, mas que isso ocorre apenas nos finais de semana. Em seguida, sua esposa ressalta que “ultimamente tamo fazendo muito pouco”.

Com o surgimento dos condomínios horizontais fechados, parte da classe média que vivia na região central adota essa nova estratégia de moradia, vale dizer, de distinção e segregação. Jovens casais que viviam em apartamentos e casas alugadas, veem nos condomínios uma chance de investimento em patrimônio, aliado à oferta de lazer, contato com a natureza e, sobretudo, maior segurança para eles e seus filhos.

Nesses espaços, a realidade antes ilustrada para a área central é amplificada, sendo a margem de manobra para contatos sociais empobrecida vertiginosamente. Em depoimento, a servidora pública Patrícia, com renda mensal de R\$ 11.000,00, e residente no Condomínio Jardins Siena, afirma realizar boa parte de suas atividades dentro do

condomínio. Além do trabalho, ela sai com o esposo somente para dois lugares: o restaurante Rancho Mineiro, no centro, e a pizzaria La Fontana, no Bairro São João. Eles não frequentam os espaços públicos da cidade, nunca visitaram a Via Lago e muito menos o Parque Cimba, depois que se mudaram para o condomínio.

Situação similar experimenta a advogada Maria Julia, com renda mensal de R\$ 5.000,00, residente no Condomínio Parque do Lago. Sua rotina fora do condomínio é bastante restrita, o que envolve apenas visitas aos pais, que residem no centro, trabalho e eventualmente algum local de consumo nas avenidas Filadélfia, Neblina e José de Brito. Quando questionada se frequenta a via Lago, ela responde: “raramente eu vou”. Em relação ao Parque Cimba, ela admite que nunca vai, em seguida pontua que dentro do condomínio o filho “consegue andar de bicicleta, brincar com cachorro, com os amigos. Então não há necessidade que eu saia fora do condomínio pra fazer” isso.

Vale ressaltar que essas formas de se apropriar da cidade, marcadas pela seletividade dos lugares usados, é sedimentada pelo uso do automóvel particular. Os percursos trilhados a pé são extremamente curtos e indispensáveis, bem como restritos ao setor Central, não abrangendo até mesmo aquilo que estamos chamando de área central. Isso se justifica pela percepção de maior segurança do centro, advinda do movimento intenso de pessoas e da presença de policiamento. Isso decorre também da dificuldade de encontrar estacionamento nessa área.

Conforme os depoimentos, além dos percursos serem realizados de carro, algumas medidas são tomadas, tais como: cuidado ao chegar em casa, observando se está sendo seguido, o que exige frequentemente voltas no quarteirão; o vidro do carro deve estar fechado e a porta travada; percorrer ruas com boa iluminação, movimentadas e preferencialmente em horários diurnos ou cedo da noite; e, no caso das mulheres, há relatos de colocar a bolsa debaixo do banco do carro.

Esse contexto socioespacial faz com que os entrevistados da área central e condomínios fechados nunca tenham frequentado um bairro periférico e pobre de Araguaína ou façam visitas de modo extremamente seletivo, instrumental e, amiúde, descontínuo no tempo. Esses casos se referem às apropriações apenas em épocas eleitorais (Liochá e Adelaída), para ir na igreja (Salgado), fazer ações de caridade (Tuchel e Jairo) ou de maneira compulsória em virtude do trabalho (Arthur).

Tais vivências se referem a práticas espaciais que expressam estratégias de distinção, veiculadas pela apropriação exclusiva de espaços residenciais, de consumo e lazer. De modo mais preciso, a separação espacial ocorre em duas escalas de segregação: a residencial, pelo distanciamento do outro, no modelo centro-periferia, ou pela proximidade, no caso dos condomínios horizontais instalados na periferia, mas com a imposição de muros; e a escala da cidade, com a interdição e constrangimento aos espaços de consumo, serviço e lazer “exclusivos”.

Assim, exclusividade e distinção são possíveis apenas por meio de uma estética da segurança, como grades, muros altos, cercas, câmeras, vigilância armada, que pela coerção pura e simples, ou de maneira mais sutil, pelo constrangimento e embaraço, visam

manter os indesejados distantes. Adicionalmente, essa espacialidade segregadora funciona a partir de sistema de normas e objetos que exigem um *habitus* legítimo, o que implica em exclusão daqueles socializados em espaços menos luminosos.

Esse modo de socialização espacial entre iguais, aliado à forte influência de imagens veiculadas pela mídia, que mostram uma periferia pobre violenta e perigosa, constituem um terreno fértil para a proliferação de preconceitos socioespaciais. Cria-se um Outro, que é sempre o responsável pela violência e criminalidade; operador de desordem e ameaça. Este tem lugar e endereço certo: está na periferia pobre e distante do centro e separado dos espaços fechados.

A violência do preconceito socioespacial: dos encontros inevitáveis e indesejáveis

O problema para aqueles que levam ao paroxismo o tipo de socialização segregadora que discutimos anteriormente é que o espaço implica “sempre um elemento de ‘caos’” (MASSEY, 2015, p. 166). Assim, se ele é a esfera social da coexistência, dos encontros, o controle e o distanciamento em relação ao diferente nunca é totalmente perfeito, especialmente em uma cidade média, cujas distâncias espaciais são mais estreitas e os espaços de convivência mais “acessíveis” do que em metrópoles.

São nos encontros fortuitos e indesejados, quando os segregados saem de seus lugares cativos, ou quando a esses lugares os privilegiados precisam ir, que o preconceito socioespacial se manifesta com mais virulência em forma de violência física e simbólica. A humilhação, a piada sádica, a desconfiança e a exigência de maior controle, punição e vigilância acompanham e caracterizam tais situações.

Dos diversos relatos de preconceito socioespacial que nos foram confiados nas entrevistas realizadas, três nos parecem ser emblemáticos. Começemos por Maria Julia, que demonstra todo seu incômodo com os estranhos que invadem seu lugar de consumo. Ela nos relata uma situação em que estava com o filho na franquia da rede estadunidense de restaurantes de *fast-food*, Burger King, localizada na Avenida José de Brito, no setor Anhanguera, quando começou a entrar um pessoal diferente.

É, domingo mesmo eu tava no Burger King a noite, muito cheio, começou descer um pessoal diferente pra lá, que eles também com curiosidade em conhecer o local novo né, e assim eu comecei a ficar com medo porque era pessoas que a gente via que num era pessoas... que era pessoas de bar, tinha um jeito que a gente fala que é meio mala e eu me senti insegura. Eu logo peguei o lanche e sai. Eu tenho muito medo de acontecer alguma coisa em lugares fechados. [*Você pode detalhar um pouco mais essa experiência?*] Ah, já era tarde, nove e pouco da noite. Pessoas tatuadas, jovens com aqueles cabelos compridos, todo cheio de piercing, essas coisas assim, pessoal mal encardo. Na verdade, infelizmente era pessoa que você via, que era pessoas assim, não por ser pessoas humildes, mas é porque tinha um jeito que a gente leva a acreditar que seriam malas.

As pessoas eram diferentes em relação à expectativa normativa que aquele lugar despertava em seus visitantes habituais. A apreensão da diferença, transformada em desigualdade, se referia à dimensão estética, incluindo as vestimentas, o uso de brincos, as tatuagens, o cabelo longo e semblante carrancudo, este demonstrando ressentimento, próprio da condição do reativo que se apropria de forma estigmatizada de um espaço de distinção.

Soma-se a isso, ainda que de modo implícito na fala da entrevistada, o modo de falar, a linguagem usada entre os jovens e com os atendentes; o jeito de andar; a forma de olhar e a maneira de sentar. Todas essas características compõem um quadro de pessoas que tinham um “jeito que a gente leva a acreditar que seriam malas”. Ao usar da palavra “mala” e “jeito”, ela não está dizendo necessariamente que eles são bandidos, mas que se não forem, possuem uma inclinação para sê-lo.

É somente fazendo essa reconstrução mais ampla do que está em jogo que podemos entender porque ela não vê com estranhamento e desconfiança os adolescentes de classe média que frequentam o mesmo lugar e possuem algumas das características enunciadas: cabelo grande, tatuagem e piercing. Estes, porém, além de estarem bem acompanhado dos pais, os quais frequentemente se conhecem, são brancos e possuem o *habitus* homólogo ao da entrevistada e seu filho.

Maria Julia tem plena consciência de que o restaurante não é para qualquer um: sua localização e construção foi pensada para um público de classe média, no qual ela se inclui. É em virtude disso que ela afirma que os jovens foram por curiosidade, uma vez que a franquia tinha sido recém-inaugurada, era uma novidade na cidade. Após passar esse período de descoberta, espera-se que os adolescentes voltem ao seu lugar, reconhecendo que o Burger King não é para eles.

Caso isso não ocorra e o processo de apropriação pelos párias se intensifique, aquela franquia deixaria de ser frequentada por pessoas como Maria Julia. Seria percebida como lugar voltado para os incivilizados, ambiente não familiar – um espaço de promiscuidade. Os malquistos são o veículo da violência, que causam medo, insegurança, desconforto e uma certa contaminação nos frequentadores de classe média. Não por acaso, quando eles chegaram, Maria Julia decidiu ir embora imediatamente.

O lugar reservado a esse tipo de pessoa, os pobres, são os bares, como lembra Maria Julia, afinal eles são “pessoas de bar”. É nos botecos da periferia que eles deveriam estar, e não em um *fast-food* voltado para a classe média no bairro mais prestigioso da cidade. Esse é um tipo de heresia que não tem perdão, posto que transgrediu as fronteiras simbólicas do espaço geográfico, aproximando socialmente grupos muito distintos.

Outro caso emblemático é o de Arthur, residente no setor George Yunes, ele é eletricitista e possui renda mensal de R\$ 1.500,00. Por essa renda ele não faz parte dos grupos privilegiados que temos feito alusão, mas devemos considerar outros elementos que tornam seu caso ainda mais interessante. O principal deles é o orgulho que sente em morar entre os “verdadeiros ricos”, o que parece autorizá-lo a incorporar toda sorte de preconceito em relação aos bairros pobres e periféricos.

[As pessoas comentam ou falam 'ah, você mora em bairro de rico.!?'] Sim, as vezes o por falar que o setor Jorge Yunes fica na divisa com o Anhanguera? As pessoas 'é um setor de rico, é um setor que só tem casa boa, gente que ganha bem e tal.' Aí elas comentam, as pessoas elas têm esse senso de dizer que: 'não o cara mora lá no setor do lado dos ricos.' E acontece das pessoas falarem isso. *[E qual é a sua reação?]* Eu fico assim.... pô o setor que eu moro é um setor mais tranquilo né, um setor calmo. É um setor que você não vê bagunça. E mais perto de rico dá assim um certo status e... Oh eu moro perto de rico né, eu moro perto de uma casa boa. Essa questão aí de, de... até a gente fica assim bem orgulhoso de saber.

Como face dessa mesma moeda, de procurar se associar ao prestígio espacial, Arthur procura, por outro lado, se afastar dos bairros pobres e periféricos, manifestando desprezo, medo e aversão a esses lugares. A ambiguidade de seus valores é levada ao extremo, uma vez que, como eletricitista chefe de equipe, ele é obrigado a ir nos bairros periféricos diariamente realizar serviços à comunidade.

Em uma dessas visitas ele já foi assaltado à mão armada. Essa experiência certamente acentuou sua percepção de que alguns bairros periféricos são locais da violência e o estereótipo dos sujeitos que a realizam. Diante disso, ele adota como estratégia fazer o trabalho o mais rápido possível para ir embora do setor que se sente ameaçado, notadamente pela movimentação de “pessoas estranhas”, que podem atentar contra sua vida.

[Eu quero saber o que você sente quando você vai fazer um atendimento em outro setor distante, periférico]. É a gente trabalha em equipe e como a minha equipe já foi assaltada a mão armada, quando a gente vai assim pra esses setores mais afastados, periféricos, a gente fica realmente com medo, receoso né? Por conta do que já aconteceu. E com isso o nosso trabalho fica voltado pra uma rapidez melhor pra sair realmente do setor que a gente percebe assim, que há uma movimentação de pessoas estranhas e de pessoas que realmente a gente vê que aquela pessoa ela é capaz de vir contra até a própria vida da gente né. A gente sente o receio e um pouco de insegurança. *[Como que são essas pessoas estranhas?]* Usuários. *[Como são as características delas?]* As características é... é um cara que o cara já olha pra ele e ele tá assim... os pés, a sandália, os pés bem sujos né, tem uma característica a roupa bem suja também, e aí a gente já... já tem uma percepção que... 'olha aí oh, aquele ali é um usuário né, ele pode a qualquer momento atacar a gente'. E a gente fica com esse receio, nesse sentido. Por isso no trabalho da gente agiliza melhor, mais rápido a coisa, pra poder já sair do setor que a gente considera e que está mais vulnerável a qualquer ação desses vândalos, desses usuários.

Pessoas estranhas, na concepção de Arthur, são os usuários de drogas. Mas não se trata de qualquer tipo de usuário, pois não incluem os usuários de classe média que consomem drogas no silêncio de suas casas, entre amigos, em festas de confraternização

e nas boates elitizadas. Estes usuários, que exercem profissões prestigiadas, são percebidos como cidadãos dignos e respeitados e sequer são identificados como tais.

Os estranhos a que se refere Arthur têm características bem delimitadas, são pessoas pobres e, frequentemente, negras. Sua identificação ocorre pela aparência física, especialmente pelo grau de limpeza e conservação do corpo e das vestimentas. É a partir desse critério que o entrevistado distingue os potenciais criminosos, associando-os àqueles usuários de drogas que passam boa parte de seu tempo nos botecos, ruas, praças e parques das cidades, especialmente em bairros periféricos pobres.

Pela percepção de Arthur, a periferia é mais do que o lugar de bandidagem. Nela se localiza a degradação humana produzida pela droga que, por sua vez, é a responsável pela destruição dos vínculos sociais e o surgimento do “meliante”. O desejo de evitamento ou a brevidade da apropriação não possibilita somente o distanciamento da violência, mas, principalmente, da depravação que pode, por contaminação, erodir valores morais.

Esse preconceito socioespacial também se manifesta na escolha do bairro de moradia. Nesse sentido, Jairo, servidor público, com renda mensal de R\$ 4.500,00, residente no setor Cimba, ilustra melhor que ninguém a aversão aos setores periféricos enquanto espaços de habitação. Ele chegou a concorrer e ganhar o sorteio de uma habitação pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, faixa de renda 1, no setor Lago Azul, mas recusou-se a mudar em virtude das imagens que atribuía a este, na época, nascente setor.

Concorri a casas e ganhei lá, eu falei pra mulher: ‘oh mulher nois num vamo não’. Ela ficou braba: ‘por que que nois num vamo?’, é bairro novo, bairro novo é sempre problema. É muita violência, é muita insegurança, então foi dito e feito. Começou o Bairro funcionar, povo morrendo um atrás do outro e continua né? Então Bairro no... Bairro bom é o que tem mais de trinta anos, que é bem tranquilo. Bairro novo sempre dá problema. Bairro popular são pessoas que vão pra lá, que tão necessitando mesmo, nois necessitava duma casa, mas nois estamos necessitando até hoje, só que quando você tem um bairro novo, a infraestrutura em si num tá adequada pá atender as pessoas, geralmente as casas não tem muro, então o muro seria construído por nossa conta. É... o índice de criminalidade de bairros novos é muito alto.

A percepção de Jairo em relação aos bairros populares como perigosos se fundam, além de notícias veiculadas pela mídia e pela fala do crime, em duas experiências que ele teve nos setores Costa Esmeralda e Vila Azul. Esses dois setores são de habitação popular e foram instalados em 2010. Nos dois lugares, que visitou apenas uma vez, se sentiu ameaçado por adolescentes que teriam parado suas atividades, como jogar bola, para ficar de “olho” nele e sua família.

Não obstante, os sinais emitidos para Jairo não foram claros em relação a uma vigilância exercida por falcões. O olhar e a aproximação poderiam ser interpretados, em outro contexto socioespacial, como simples curiosidade frente ao estranho, mas diante das

imagens pré-construídas desses lugares, a interpretação imediata é de ameaça por bandidos. Assim, após essas experiências, ele afirma: “é, num vou nem mais lá [risos]. Tô falando sério, falar assim: ‘olha tem um presente pra você lá’, ‘deixa ele lá meu filho’ [risos]”.

O que se deseja ressaltar nesse depoimento é a simplificação de tais espaços que, a partir de uma experiência estreita, são homogeneizados e estigmatizados. O elemento “casa popular” compõe o preconceito evocado por Jairo, como se em tais setores fossem colocados apenas bandidos. É por isso que, mesmo antes de qualquer pessoa se mudar para o Lago Azul, Jairo já tinha certeza que ali seria um bairro perigoso.

O argumento de que bairros novos são perigosos não se sustenta na fala do entrevistado. Ele confessou, em outro momento da entrevista, que o setor Jardim dos Ipês, aprovado em 2010 (VASCONCELOS FILHO, 2013), mesmo ano de Costa Esmeralda e Vila Azul, “é bem tranquilo”. A diferença é que esse bairro é voltado para população de classe média e como deixa escapar o entrevistado, lá não é “caminho pra bairro de periferia”. Mais do que isso, não “tem motivo pa população mais carente ir praquele lugar”, já que lá não teria nada que interessasse a ela, como posto de saúde e escola.

Essa colocação explicita uma verdadeira criminalização da pobreza e seus espaços, o que legitima ações de um estado penal, nos termos de Wacquant (2015). Mais uma vez reforça o preconceito socioespacial com a população pobre e periférica; uma simplificação e homogeneização dessas áreas, que embora tenham bandidos, esses são uma minoria. Eles constituem, como diz Souza (2008, p. 128), “oprimidos que oprimem outros oprimidos”.

Considerações finais

Preconceito socioespacial, segregação e insegurança urbana formam uma tríade fundamental para se compreender as relações sociais na cidade de Araguaína. Embora seja uma cidade média, os padrões de segregação, centro-periferia e periferia amalgamada, reforçam e se alimentam do preconceito em relação a bairros pobres e seus moradores, tidos como *locos* de criminalidade e violência, para manter as separações e afastamentos socioespaciais.

A análise dos depoimentos indica que a socialização espacial entre iguais, na escala residencial, e na escala da cidade, referente aos lugares restritos de frequência, criam um ambiente propício para os preconceitos em relação aos espaços dos Outros. Vários entrevistados confessaram que nunca foram em vários bairros periféricos; aqueles que foram ou frequentam, o fazem de modo seletivo e colonizador, para levar a palavra de Deus ou em busca de votos.

Quando os encontros acontecem fora das situações permitidas ou desejadas, como o uso dos empregados, a violência e a intolerância ficam patentes nas práticas daqueles que se acostumaram a ter seus espaços higienizados dos perigosos e inaptos. Estes, então, são convidados a retornarem a seus lugares, como se em seus corpos estivesse inscrito a espacialidade de pertença natural.

O preconceito em relação aos lugares de violência e pobreza, orienta as escolhas espaciais dos cidadãos privilegiados de Araguaína. Eles procuram se apropriar de lugares de consumo e lazer nos quais estejam em segurança, isto é, entre os semelhantes. Na escala residencial, rejeitam qualquer possibilidade de morar em bairros estigmatizados, ao contrário, procuram espaços ainda mais segregados.

Referências

- BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Souk, 2013.
- CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2011.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- IBGE. *Censo demográfico, 2010*. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- IBGE. *Estimativa da população dos municípios para 2019*. Rio de Janeiro, IBGE, 2019. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 nov. 2019.
- SPOSITO, M. E. B; GÓES, E. M. *Espaços fechados e cidades: insegurança e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A. V et al (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 61-93
- SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.
- SOUZA, M. L. S. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SOUZA, M. L. S. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- SOUZA, M. L. S. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. S. *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. S. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In: VASCONCELOS, P. A. et al (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 127-146.

SOARES, L. E. et al. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES, L. E. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo, 2019.

SVAMPA, M. *Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

VASCONCELOS FILHO, J. M. *O direito à moradia e o discurso de implementação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas*. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Nota: A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, com parecer nº 3.347.674 e CAAE nº 11159419.2.0000.5083.

Agradecimentos: à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de doutorado.

Reges Sodré

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia e graduado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins.

Rua Sousa Porto, 900, Cep: 77905-100, Centro, Araguaína, Tocantins.

E-mail: regessodre@gmail.com

Recebido para publicação em fevereiro de 2020

Aprovado para publicação em julho de 2020